

A dor do sucesso do setor eólico

MME decide controlar a expansão da fonte com objetivo de ganhar tempo para implantar o sistema de transmissão.

Ironicamente, a perspectiva poética que dá título a esta reportagem saiu da boca de José Carlos Miranda, diretor I de Estudos de Energia Elétrica da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), órgão responsável pelo planejamento da expansão do setor elétrico. Na época desta entrevista, realizada ao final de 2012, Miranda creditou as dificuldades de escoamento da energia eólica ao próprio desenvolvimento (acelerado) da fonte, que comercializou, de 2009 a 2012, aproximadamente, 6,9GW de capacidade em leilões promovidos pelo governo - isso sem contar os projetos viabilizados no período no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

Vindo do "planejador", alguns podem questionar se os obstáculos encontrados pelas empresas responsáveis pela construção das chamadas Instalações Compartilhadas de Geração (ICGs) não poderiam ser previstos. Talvez não. Mas independentemente de quem é o culpado, acontece que os problemas na transmissão fizeram o governo tomar a decisão de controlar a expansão da geração eólica em 2013: barrando a participação da fonte no próximo A-5, marcado para 29 de agosto, e limitando a participação num possível A-3, com objetivo de conseguir tempo suficiente para implantar as linhas de transmissão, quase todas com os cronogramas de obras bem atrasados. Em contrapartida, promoveu um novo Leilão de Reserva exclusivo para as eólicas.

E O QUE SÃO AS ICGS?

São instalações e equipamentos de transmissão não integrantes da Rede Básica. Seu uso é comum aos empreendimentos de geração de fontes eólica, biomassa ou pequenas centrais hidrelétricas (PCHs). Permite, portanto, o acesso dessas fontes de produção de energia ao Sistema Interligado Nacional (SIN). Servem basicamente para escoar a energia nova das eólicas, pois, segundo a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), "sem elas, não haveria os parques geradores" no Brasil.

A ideia de adotar a ICG como sistema para escoamento da energia eólica surgiu devido "à quase impossibilidade" de contratação dessa fonte nos leilões. "Todos os agentes cobraram do governo a criação de instrumento que permitisse a conexão dos parques ao SIN. Isso possibilitaria a entrada competitiva dessa fonte nos leilões de energia. A alternativa escolhida foi a criação da figura das Instalações Compartilhadas de Geração (ICG)", justifica a Aneel.

A sistemática consistiu em, primeiro, realizar o leilão de geração. Após a realização do certame, seria planejado o sistema auxiliar de transmissão (as ICGs) para

conectar os parques vencedores. Como não se pode saber, a priori, quem vencerá o leilão de geração, obviamente não se pode imaginar qual será a necessidade de ICGs.

As primeiras ICGs fizeram parte do leilão de transmissão número oito de 2008. No dia 24 de novembro daquele ano, foi realizado o certame que negociou o direito de construção, operação e manutenção de instalações compartilhadas para conexão de usinas de biomassa e PCHs ao SIN.

Na época, o **Instituto Acende Brasil**, como de costume, publicou a seguinte análise: "Este leilão foi importante por propor uma solução para os desafios contratuais impostos pelas conexões compartilhadas, que envolvem tanto instalações de transmissão características da rede básica como instalações de distribuição de uso específico das usinas conectadas". Ao todo, foram negociados três lotes, arrematados respectivamente pela empresa espanhola Cobra Instalaciones y Servicios, pela empresa ligada à atividade de engenharia e construção Elecnor, e pelo Consórcio Transenergia Renovável, liderado pela empresa estatal Eletrobras Furnas.

Dois anos depois, o modelo de ICGs também seria adotado para escoar a energia das eólicas. No leilão de transmissão na 6 de 3 de junho de 2010, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) venceria os três lotes de ICGs ofertados, com um desconto médio ponderado de 49,1% sobre a Receita Anual Permitida (RAP) oferecida. Aqui, a Estatal do grupo Eletrobrás garantiria uma receita anual de quase R\$20 milhões pelos próximos 30 anos.

No dia 10 de junho de 2011, a Aneel promoveria mais um leilão de ICGs (01/2009). Mais uma vez, a grande vencedora seria a Chesf, que arrematou os Lotes B e C e o Lote A, por meio do Consórcio Extremoz, constituído junto com a Cteep. O desconto médio ponderado dos lotes arrematados foi de 53,3%, um grande sucesso do ponto de vista do Poder Concedente. Parte das instalações escoaria a energia de 44 parques eólicos vencedores do 3a Leilão de Energia de Reserva (Leilão 005/2010) e do 2a Leilão de Fontes Alternativas ocorridos em agosto de 2010 (Leilão 007/2010). Mais R\$43,7 milhões de receitas anuais estavam garantidas à Chesf.

No dia 20 de abril de 2012, ocorreu um novo leilão com ICGs (03/2012). Foram ofertados quatro lotes. O D não teve proposta e os outros três foram arrematados por ninguém mais do que a própria Chesf. Os Lotes B e C tratavam de instalações de transmissão para escoar a energia de novas centrais na região da Bahia, Ceará e Rio Grande do Norte, enquanto as instalações dos Lotes A e D tratam de instalações para o escoamento de energia para o atendimento da carga das regiões metropolitanas de Recife e Belo Horizonte, em função da Copa do Mundo de 2014. Outros R\$50 milhões de receitas anuais estavam garantidos pelos próximos 30 anos.

Na época dessas licitações, o Ministério de Minas e Energia (MME) avaliou que se o risco da implantação das ICGs ficasse com as geradoras, isto certamente seria incluído nos preços da energia. Assim, as diretrizes do MME para o leilão definiram

que esse risco seria dos consumidores - o que permitiu uma forte redução nos preços da energia eólica contratada nos leilões -, viabilizando essa fonte.

"Caso a diretriz fosse deixar o risco para o empreendedor", argumenta a Aneel, "o consumidor não teria este custo hoje (de R\$ 33,6 milhões mensais por uma energia que não foi entregue), porém arcaria com o sobre preço do leilão para todo o conjunto de usinas contratado durante os 20 anos de contrato".

"O modelo de ICGs é perfeito porque se faz uma linha comum e depois você faz várias sublinhas e isso reduz muito o custo", avalia Elbia Mello, presidente executiva da Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica), que conta com 82 associados.

TUDO PARECIA PERFEITO

A coisa ia bem. As eólicas vendiam cada vez mais e a preços menores. As licitações de transmissão tinham deságios cada vez mais satisfatórios. O problema, como diria o poeta Carlos Drummond de Andrade, é que "no meio do caminho tinha uma pedra".

"No caso das ICGs, não existiam desafios de engenharia. Os desafios de engenharia ocorrem em zona de mata pesada, floresta Amazônica, Pantanal. Como são as linhas que ligam os empreendimentos do Rio Madeira (RO) e de Manaus: torres altas, cruzamento do Rio Amazonas, coisa bem mais complicada", lembra Ivo Nazareno, superintendente de Concessão de Transmissão e Distribuição da Aneel, referindo-se aos sistemas de transmissão das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, em Rondônia, e Tucuruí, em Manaus.

Realmente, não havia problemas de engenharia. Acontece que os agentes não contavam com algo que antecede a instalação dos empreendimentos: licenciamentos ambientais e arrendamentos fundiários. Os processos de obtenção das licenças se estenderam, e órgãos como IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) se tornaram uma verdadeira "pedra no sapato" das empresas de transmissão. Os agentes explicam que não havia como prever um sítio arqueológico, que só seria encontrado durante as escavações das obras de transmissão.

Além disso, como o modelo das ICGs foi copiado para as eólicas, levando em consideração a utilização para fontes como biomassa e PCH, acreditava-se que era possível construir uma linha em dois anos. No entanto, diferentemente da biomassa e das PCHs, as eólicas estão longe dos centros de consumo, localizadas nos litorais nordestinos ou na região Sul do País.

"Para as biomassas, como estavam muito próximas do centro de consumo, você demoraria um ano e meio, no máximo dois anos, para construir as ICGs. Mas se olharmos para os projetos eólicos, eles estão bem longe, o que toma mais tempo para implantação de transmissão, que se torna mais complexa. Por isso ocorreu esse atraso", explica a executiva da ABEEólica.

"A expansão da obra no tempo que foi planejado era factível. Mas tivemos problemas com licenciamento ambiental e não foi nem com o IBAMA, foi com o IPHAN. Você vai fazer uma linha de transmissão, cava e identifica vestígios arqueológicos. Estava enterrado e ninguém sabia", argumenta Nazareno, que continua: "A parte da pré-implantação de obra se tomou complexa. Está difícil tirar alguém de sua casa, ter liberação de licença, etc. Isso tem levado os empreendedores a gastar mais tempo para obtenção dos licenciamentos necessários e resolução de questões fundiárias". Ele garante, porém, que a implantação: física dos empreendimentos não aumentou desde 2000.

Mas engana-se quem pensa que o único motivo dos atrasos é apenas a demora na obtenção de licenças. Houve também problemas de gestão das concessionárias responsáveis pelos empreendimentos. A própria Chesf chegou a fazer uma meia culpa. Porém, uma fonte consultada pela Revista GTD Energia Elétrica, que pediu para não ter o nome revelado, por ser funcionário da Estatal, afirma que a empresa deu "um passo maior que a perna".

De acordo com esse interlocutor, a Chesf não tinha a certeza da renovação das concessões de transmissão que estavam com contratos prestes a vencer e, portanto, pautou sua estratégia empresarial em conquistar novos projetos. Além disso, a empresa não teve vida fácil na construção dos empreendimentos. Todos, segundo a fonte, apresentaram algum tipo de percalço.

Segundo o superintendente da Aneel, há casos em que os atrasos já duram mais de um ano. AICG João Câmara III, localizada no Rio Grande do Norte, responsável por 36% do escoamento da energia eólica leiloadada em 2010, é um exemplo. A previsão inicial era que a operação comercial acontecesse em agosto deste ano. No entanto, a linha só deve ficar pronta em janeiro de 2015, o que configura um atraso de um ano e cinco meses, que vai impedir o escoamento de 742,2 MW de capacidade.

Em 2012, mais de 600MW de energia eólica deixaram de injetar energia na rede no prazo por causa da falta de transmissão. Por força de disposição contratual, desde julho de 2012, esses empreendimentos vêm recebendo o pagamento das respectivas receitas fixas, que no total acumulado até outubro de 2012, alcança o valor de R\$134,4 milhões, equivalente a R\$33,6 milhões mensais. Considerando a data prevista para a entrada em operação das instalações de transmissão, cuja informação atual é setembro de 2013, o ônus do atraso dessas usinas para os consumidores poderá atingir cerca de R\$440 milhões.

"Apesar do volume da energia gerada nesses parques eólicos não apresentar risco de desabastecimento de energia, uma vez que o parque gerador nacional encontra-se em boas condições de abastecimento, há a questão financeira ocasionada pela remuneração devida aos geradores em função da energia contratada e não transmitida", lamenta a Aneel, que ajuizou uma ação judicial, por meio da Procuradoria Geral, contra a Chesf, para que esta seja cobrada pelo ônus causado aos consumidores brasileiros.

PROVIDÊNCIAS

A fim de minimizar esse ônus, a Aneel tomou algumas providências. Primeiro, começou a concatenar a entrada em operação comercial das eólicas com os seus respectivos sistemas de transmissão. A segunda medida foi penalizar o agente causador do atraso. A Chesf já foi multada em R\$12 milhões pelos atrasos nas IGCs dos lotes A, B e C, do leilão ns 6/2010:

A Aneel ainda mexeu nos critérios para participação nos novos leilões de transmissão. Foi vedada a participação - individualmente ou em consórcio no qual detenha cota superior a 49% - de empresas com histórico sistemático de atraso na implantação de empreendimentos de transmissão nos últimos três anos, caracterizado por tempo médio de atraso na entrada em operação comercial de instalações superior a seis meses em relação às datas fixadas nos respectivos contratos de concessão ou atos autorizativos. Também não podem participar empresas que tenham recebido três ou mais penalidades por atraso na execução de obras de transmissão nos últimos três anos, já transitadas em julgado na esfera administrativa.

Por fim, o MME e a Aneel resolveram limitar a participação da fonte eólica em 2013; impediram a habilitação para o leilão A-5 e determinaram que só poderão participar dos certames os projetos eólicos com sistemas de transmissão existentes, como conta Ivo Nazareno, da agência reguladora. "Tomamos a decisão de não implantar esse tipo de obra para leilões muito curtos, leilões A-3." Ele conta que a Aneel também vem trabalhando no prolongamento do prazo de implantação dos empreendimentos.

O QUE VEM POR AÍ

A logística, seja de equipamentos ou de transporte de energia, é e será o maior desafio da fonte eólica. "Todo setor que cresce rapidamente acaba encontrando alguns desafios", observa Elbia Melo, da ABEEólica.

Recentemente, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) encaminhou ao Ministério de Minas e Energia estudos de expansão da Rede Básica de transmissão que permitirão a contratação de parques eólicos nos próximos leilões de comercialização de energia elétrica. Os Estados que receberão as obras de reforço são o Ceará, Rio Grande do Norte, Bahia e Rio Grande do Sul.

Elaborados com base no cadastro de projetos eólicos que participaram dos antigos certames, esses estudos de expansão contemplam cerca de R\$2,5 bilhões em novos investimentos. Está prevista, nos quatro Estados, a construção de 1.765Km de transmissão em 500kV de tensão, além de quatro novas subestações. Essa expansão na malha permitirá viabilizar a contratação de aproximadamente 6GW de parques eólicos. A expectativa da EPE é que as linhas de transmissão e subestações reunidas nesses estudos de expansão sejam licitadas ainda em 2013, entrando em operação a partir de 2016.

Depois de grandes hidrelétricas, a eólica é a fonte mais competitiva dos leilões, mesmo com as novas exigências de conteúdo dos equipamentos e do P90 - mudança que obriga os empreendedores a aumentarem a eficiência de geração de seus parques, já que o número está relacionado à probabilidade que o parque tem de produzir o volume comercializado, ou seja, de 90%. O Brasil, hoje, ocupa a posição de número 15 em termo de capacidade instalada eólica, com 2,7GW. Até o final de 2013, será a posição 10, com 6GW de capacidade instalada. As perspectivas para o final de 2017 indicam que 8,7 GW de eólica estarão em operação na matriz elétrica brasileira.